

ARTIGOS

PARA UMA BIOGRAFIA DE NÓBREGA.

Ao traçar, no prólogo de sua excelente biografia de Francisco Suárez, as diretrizes que nortearam êsse trabalho, aponta Raul de Scorraille, S. J. o alvo que pretendia atingir: “dar a conhecer, dentro da verdade total e em tôda a sua complexidade, o caráter e a existência de um homem ilustre”. E continua: “Friso aqui a verdade. Porque efetivamente, se me dei a êste labor, foi com a firme-resolução de escrever uma história verídica, de a reduzir à verdade, ainda mesmo quando isso não se pudesse realizar sem detrimento para o meu herói. Tal hipótese não se apresentou, aliás, ao menos em questões de maior momento” (1).

Esta derradeira observação parece verificar-se ao pé da letra, quando viramos a última das 267 páginas *in* 4.º do belo volume, impresso pela Tipografia Pôrto Médico em fins do ano passado e que se intitula *Breve itinerário para uma biografia do Pe. Manuel da Nóbrega, fundador da Província do Brasil e da cidade de São Paulo (1517-1570)*, 1955, Lisboa-Rio de Janeiro. E' seu autor o Revmo. Padre Dr. Serafim Leite, S. J. que, em estilo claro e elegante como sempre, vem revelar-nos ainda uma vez a riqueza dos conhecimentos amalhados na elaboração de sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Não é a primeira tentativa biográfica moderna — para não dizer de uma vez *biografia* — da pessoa por muitos títulos notável do fundador da Província do Brasil da Companhia de Jesus. Precedeu-a em 1940 a de José Mariz de Moraes. Como exposição serena e documentada do curso de uma vida, por si mesma assaz movimentada, supera esta sem dúvida a do escritor pernambucano. Cremos que também quanto ao estilo, mais elevado e homogêneo. Não talvez quanto a certas análises (excluindo fantasias) e a erudição científica. Elogios não lhe faltarão em ambas as margens do Atlântico.

Divergindo em relação a certos aspectos ou passagens do *Breve itinerário*, não empreenderíamos esta crítica, se não nos sentíssemos abroquelados por esta divisa: *com a verdade não ofendo nem temo*. Hoje “o que se exige do escritor — nota ainda no citado prólogo Raul de Scorraille, num comentário à célebre norma de Leão XIII

(1). — Raoul de Scorraille, S. J., *François Suárez*, Paris, s. d., p. XI.

ne quid falsi dicere audeat, ne quid veri non audeat (2) — é que, não só não diga nada que não seja verdade, mas também que diga toda a verdade, desde que daí possa o conhecimento humano e o dos fatos auferir alguma vantagem” (3).

*

Para “tornar mais conhecido e por conseguinte mais amado o primeiro Apóstolo do Brasil, e da sua unidade e expansão” (p. 9), no qual, desde 1940, estudando a sua forte personalidade, via o autor “o eixo da atividade religiosa, política e até militar da Colônia” (p. 232), oferece-nos o incansável historiador português da Companhia de Jesus no Brasil esta nova contribuição para uma futura biografia científica do Padre Manuel da Nóbrega. Como se pode efetivamente inferir da nota *Preliminar* não é esta ainda a obra definitiva, que estaria merecendo a “incomparável figura de Nóbrega” (p. 105).

Conquanto intencionalmente, quiçá porém numa saudosa e inconsciente aproximação do estilo de Afrânio Peixoto, procure o autor a enxuta ossatura das expressões, pondo em férias aos adjetivos, um que outro todavia permaneceu em exercício, como êste significativo *incomparável*. Prefere assim converter adjetivos em predicados, afirmados diretamente e sem rodeios. Que é até mais vigoroso. Sem escapar de todo à compreensão dêsse adjetivo, de tanto maior relêvo quanto reduzido ao seu esplêndido isolamento, vemos submetida a figura de Nóbrega a uma comparação com “outras grandes figuras do antigo Padroado português do Oriente” (p. 9).

Dessa comparação resulta, lógicamente, a importância superior de Nóbrega sobre essas outras figuras, quer como “tema biográfico”, quer “pelas conseqüências práticas dos respectivos apostolados”, já que “a antiga América Portuguesa é hoje a maior nação católica do mundo”. Pela menção que aí se faz da Índia, China e Japão, porque não se exclui o Apóstolo do Oriente e porque em tôrno dêste é que há longos anos se vem desenvolvendo minucioso trabalho de crítica e publicação de documentos, poderíamos supor que o autor tenha em vista principalmente a São Francisco Xavier (4). Se as-

(2). — Leo XIII, *Saepe numero considerantes*, Breve De studiis historicis, 18 de agosto de 1883. *Actas de León XIII*, t. I, pp. 196-213. Cf. Cicero, *De Oratore*, L. II, n. XV.

(3). — *Op. cit.*, p. XI.

(4). — Após quarenta anos de trabalhos preliminares e de pesquisas, acaba de sair o primeiro volume da vida de São Francisco Xavier pelo P. Jorge Schurhammer, S. J.: *Franz Xaver, sein Leben and seine Zeit*, Erster Band. Europa (1506-1541). “Obra elaborada mediante inacreditável erudição, aplicação e sentido histórico”, opinou o recém-falecido P. Pedro Letúria, S. J. Cf. lista de publicações (mais de 50) do P. Schurhammer, entre 1919 e 1935, na parte introdutória da vida do mesmo Santo, edição compendiária, *Vozes*, 1942. E também a coleção do *Archivum Historicum Societatis Jesu* (1932-1955).

sim fôr, apresentaremos aqui ao venerando mestre nossa modestíssima, se bem que formal contradita.

Reclama a objetividade, qualidade essencial para a história científica, que nos despojemos, ao examinar a situação do mundo de quatrocentos anos atrás, da impressão inculcada pelas condições hodiernas e julguemos dos acontecimentos de então conforme aos elementos e aos fatores, que naquela época entravam em jôgo. Sem êsse desconto, absolutamente indispensável, verdadeiro cálculo de refração temporal, arriscar-nos-íamos a desacertos madornais.

Que era o Brasil em face da Índia, da China e do Japão no século XVI? O Brasil — dizia em 1943 o autor, em sua conferência sôbre *Camões, poeta da expansão da fé*, na Academia Brasileira de Letras —, antes do descobrimento dos portugueses, não existia, como existia a Índia, a Pérsia, a China, o Japão, com suas cidades e suas civilizações milenárias"... Era um vastíssimo deserto, povoado de umas quantas hordas selvagens! Compreendeu-o muito bem a classe dirigente portuguesa e, por isso mesmo a princípio, apenas o estritamente necessário veio sendo feito para que o nosso território, com as suas disponibilidades latentes, não viesse a cair em outras mãos. A tarefa da evangelização condicionava-se a esta situação de fato.

Se, por outro lado, para com a Índia, a China e o Japão, com tamanho entusiasmo evangelizados no século XVI e seguinte (5), tão propícia tivesse sido a Providência como foi para conosco, acaso não seriam elas hoje as maiores nações católicas do mundo? De uma pelo menos, o Japão, não fôsse a sangrenta perseguição ali desencadeada no século XVII principalmente, tal resultado, previsto e desejado (6), seria hoje uma realidade magnífica...

A medida que os desenganos do Oriente, fardo excessivo para os ombros do pequeno e glorioso Portugal, e que as disponibilidades realmente grandes da América Portuguesa se foram acentuando, é que se voltou para cá a atenção dos colonizadores. Querer agora persuadir-nos, como pretendem certos historiadores portugueses, que,

-
- (5). — Auguremos não tarde a edição brasileira da obra clássica do grande jesuíta baiano, P. Francisco de Sousa, *Oriente conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, duas partes, 1a. edição, Lisboa, 1710, 2a. edição, Bombaim, 1881 e 1886. Para a evangelização do Japão em particular, v. João Crasset, S. J., *História da Igreja no Japão*, três tomos, tradução portuguesa, Lisboa, 1749, 1751, 1755. Não temos da *História do Japão* de Luís de Fróis, a edição portuguesa integral, como já seria tempo.
- (6). — "A terra do Japão está muito disposta, para que entre eles se perpetui a Cristandade. Todos os trabalhos que se tomam são bem empregados e assim vivo com muita esperança de que vossa santa caridade — escreve São Francisco Xavier a Santo Inácio de Loiola —, mandará de lá homens santos para o Japão". Carta de Cochim a 29 de fevereiro de 1552 (traduzimos o trecho do espanhol), *MHSJ, Epistolae S. Francisci Xaverii, Romae, 1945, II, 291*. Obra preparada pelos PP. Schurhammer e Wicki, S. J. Lá, no Japão — afiança o carmelita Frei José Pereira de Santana — "os zelosos jesuítas, seguidos de outros não menos virtuosos filhos de diferentes institutos, chegaram a lucrar para o céu mais de quatrocentos mil Cristãos, que tantos se contavam no ano de 1629". "Censura" ao III tomo da *História da Igreja no Japão*.

desde o século XVI, visou a política da metrópole os resultados todos, a que uma variedade tão grande de elementos incontrolláveis e fatores imprevistos, bem ou mal, conduziu o nosso país até à posição que hoje ocupa entre as nações (7), seria, antes de mais nada, prova de incapacidade para julgar da nossa inteligência.

Que seria hoje o Brasil, quanto à sua unidade religiosa, geográfica e lingüística, sem a epopéia brasileira e pernambucana da Guerra contra os Holandeses, sem a epopéia brasileira e paulista das Bandeiras, para mencionar apenas dois dos maiores movimentos da evolução histórica nacional? Por mais que nos mereça um D. João III, ou um Padre Manuel da Nóbrega, não vamos identificá-los com a Divina Providência, em relação ao Brasil. Outros não menos beneméritos colaboraram também. Acaso a conquista do Rio de Janeiro não foi ordem expressa da regente Dona Catarina, irmã de Carlos V? Iremos, por se tratar de uma rainha de origem espanhola, eliminá-la da história?

*

“Convém recordar... que o ano de 1617 — escreve o Padre Serafim Leite à página 105 — assinala dois atos significativos no processo de Anchieta: a Congregação dos Jesuítas na Bahia pede-se promova a sua beatificação (era Provincial o Pe. Pedro de Toledo, espanhol), e faz-se na Europa a impressão de uma primeira biografia sobre êle (a de Beretário). Desde então (período filipino), estimulada a publicidade nesse sentido, “tôda a história contemporânea” (praticamente a da segunda metade do século XVI) se obscureceu com silêncios, atribuições *a priori* e desvios”...

Quem não soubesse que os jesuítas espanhóis no Brasil, durante todo êsse período filipino, antes e depois da morte de Anchieta, se contam pelos dedos, poderia ser levado a acreditar que houve aqui uma verdadeira conjuração por êles tramada no intuito de engrandecer (e canonizar) Anchieta, em prejuízo de Nóbrega e outros menores (8)... Segundo, pois, o autor, a começar dêsse ponto

(7). — “Tôda a história da metrópole da expansão geográfica brasileira [i. é de São Paulo] estava em germe na consciência geopolítica do fundador”. Jaime Cortesão, *A fundação de São Paulo*, 1955, p. 162. Mas que fundador? Martim Afonso de Sousa? Ou Dom João III? De quem afinal a “consciência” E a “geopolítica” dão correria por conta dos “Serviços hidrográficos do Estado Português” (ps. 26, 120, 157), um SHEP, mais ou menos fantasma, de há quatrocentos anos?

(8). — Quanto a Leonardo do Vale, os documentos que o dão como autor de *Dicionário tupi* não contradizem absolutamente à afirmação de Pero Rodrigues de que tal *Dicionário*, quem o “principiou” foi o P. Anchieta. Pode compreender-se que êste se tenha ocupado desde 1554 com uma *Gramática* da língua da terra, não dando atenção nenhuma a um léxico da mesma? Pelo que toca a Manuel do Couto e às “poesias” que lhe atribui S. Leite, aliás *dubitativamente* (*História*, VIII, 184), cremos ter demonstrado pertencerem elas a Anchieta. “O livrinho de várias poesias”, *Jornal do Commercio* de 31 de maio de 1953.

de partida, o ano de 1617, veio sendo obscurecida, isto é *falseada* a história de tôda a segunda metade do século XVI... Com esse *pressuposto*, agora manifestado sem reбуços, orientado por essa concepção, compôs o autor anteriormente a sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*!?

Rejeitamos decididamente a hipótese dessa conjuração fantasmagórica! Depois de 1617, escrevem histórias no Brasil os Padres Antônio de Matos e Simão de Vasconcelos, ambos portugueses. Êste, após o período filipino, tendo sido aliás, em companhia do Padre Antônio Vieira, um dos embaixadores da lealdade brasileira à casa de Bragança, na restauração de Portugal. Pelo que toca, de resto, à fama de santidade de Anchieta e os aspectos mais salientes de sua biografia, procediam de época anterior ao marco estabelecido para o início da falsificação histórica (Quirício Caxa, 1598; Pero Rodrigues, 1605-1609).

E já que a História "oficial" da Companhia de Jesus do Padre Orlandini — frisa o Padre Serafim Leite — é anterior a 1606 (p. 106), eis o que ela diz, narrando a chegada ao Brasil da expedição missionária de 1553: "os leigos eram Gregório Serrão, João Gonçalves, Antônio Blásquez e José de Anchieta, que todos alcançaram gloriosa reputação de virtude; José, além disso, a fama de admirável e reconhecidíssima santidade" (9).

Para autorizar a sua tese, aduz o autor a opinião, sempre respeitável, de Capistrano de Abreu. Confessa êste, entretanto, seu "maior apreço a Anchieta"; de modo nenhum atribui a suposta tendência de obscurecer a história a manejos do nacionalismo espanhol; fêz o que pôde para obter, entre outros documentos jesuíticos, a *História da Companhia de Jesus e Vida dos Padres Ilustres* (em que de modo especial se fundou Vasconcelos), escrita por Anchieta (10), que lhe teria facultado formar juízo definitivo acêrca de questões para êle duvidosas.

Pelo que toca ao "caminho do Padre José", ponto sôbre que, na carta a Paulo Prado, trecho agora citado pelo Padre Serafim Leite (11) manifesta a sua *vacilação*, penso estar já demonstrado que assim se chamou a estrada da serra de Santos, aberta em 1560, por

(9). — N. Orlandini, S. J., *Historiae Societatis Jesu Pars Prima*, Romae, 1615, p. 437.

(10). — "Mandei pedir a êste respeito notícias em Coimbra... Pressinto que os *Apointamentos* hão de ser encontrados. [...] A importância dos *Apointamentos*, a julgar pelos fragmentos aqui reunidos, deve ser grande". *Introdução às Informações e fragmentos históricos*, Rio, 1886. "Escreveu os *Apointamentos* sôbre a primitiva história da Companhia, de cuja perda ou extravio não podem consolar os excertos contidos nos livros de Simão de Vasconcelos e Antônio Franco". *Fernão Cardim, O Jornal* de 27 de janeiro de 1925. "Se o livro não estiver definitivamente perdido e vier algum dia à luz, será um regalo, ver-se-á que psicólogo penetrante era o apóstolo do novo mundo". *A obra de Anchieta no Brasil, O Jornal* de 9 de julho de 1927. Trabalhos coligidos em *Ensaio e Estudos*.

(11). — *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ed. do Inst. Nac. do Livro, Rio, 1954, ps. 393-394.

ter sido Anchieta um dos “dois Irmãos da Companhia engenhosos e resolutos”, que com “grande trabalho e perigo de vida”, abriram, à frente de bom número de moradores da Capitania de São Vicente, esse “novo caminho”, que precisamente por isso se condecorou com o seu nome (12).

Mas apela também para o que deixou escrito no tomo II de sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, págs. 480-482. O que nessas páginas encontra sobretudo o leitor desapaixonado é a demonstração do ressentimento nacionalista de certos jesuítas portugueses no Brasil contra os estrangeiros, particularmente os espanhóis, atitude passional explicável pelos acontecimentos políticos de 1580, mas já então responsável por algumas injustiças.

Era justo que, ao transcrever-se a acusação do jovem vice-reitor do Rio, Padre Francisco Soares, à visita de Anchieta às casas do Sul, se confrontasse tal documento com a carta de Anchieta a Cláudio Acquaviva, em que lhe dá contas dessa visita (13), feita por delegação especial de Marçal Beliarde... Que se conferisse a impressão então recebida por Pero Rodrigues com o seu parecer posterior, em sua declaração introdutória à *Vida do Padre José de Anchieta* (14). O autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, porém, não foi dessa opinião...

E já que o nome de Pedro de Toledo aqui apareceu sob uma luz tão desfavorável, convém recordar o que sobre êle, posteriormente ao período filipino, escreveu em Portugal George Cardoso no *Agiológico Lusitano*: “Foi assunto ao provincialado, no qual se desvelou sempre por imitar ao Santo Padre Anchieta, assim no correr e visitar a Província a pé, sendo ela tão dilatada, como na suavidade e brandura do seu govêrno, que ainda hoje se lembra dêle muita gente com saudades” (15).

*

Fenômeno por demais sabido, sem que por isso mesmo se deva recorrer desde logo a nenhuma conspiração conjetural, é o de que as biografias, isolando até certo ponto o “expoente” da narrativa do meio e do círculo das pessoas que o rodearam, correm facilmente o risco de encarecer e exagerar, com detrimento de seus contemporâneos, a ação do biografado. Teria evitado o autor êsse risco, em seu *Breve itinerário?* Em relação a Anchieta, basta aquilo que acabamos de apontar. Ao lado de Nóbrega, porém, temos duas

(12). — H. A. Viotti, S. J., *Do caminho do Padre José à via Anchieta*, *Jornal do Commercio* de 3 de julho de 1955.

(13). — *Cartas Jesuíticas*, III, ps. 290-292.

(14). — *Arquivo da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma*, n.º 1067, ps. III-IV (não num.), ou *Anais da Bibl. Nac.*, XXIX, ps. 185-186.

(15). — George Cardoso, *Agiológico Lusitano dos Santos e Varões ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*, Lisboa, 1651 e seguintes, II, p. 486.

Anchieta: “O Irmão mais expedito na língua tupi” (p. 177); “Nóbrega e o Capitão Adorno ouviram [a discussão surgida entre os outras figuras, das quais o que menos se pode dizer é que compartilharam no Brasil do século XVI responsabilidades tão grandes quanto êle.

O primeiro, Luís da Grã, exerce de 1559 a 1570 o provincialado, tendo sido aliás desde 1553 colateral de Nóbrega. Sua figura ausenta-se, por assim dizer, do *Breve itinerário* e, quando aparece, é para desempenhar, no ano de 1560, meses depois de haver assumido o provincialado, o papel de um simples secretário em relação ao seu antecessor: “Não se podia operar a mudança [de Santo André] para o pé da Casa de São Paulo sem chãos para edificações. Nóbrega tinha pedido terras a Martim Afonso de Sousa, mas agora convinha que fôssem em lugar diferente, para os moradores se poderem agrupar à roda do Colégio. Estudou-se o meio de se fazer legalmente. Escreveu a petição, em razão do seu ofício, o novo Provincial Luís da Grã”... (p. 166). *Em razão do seu ofício* — esperaríamos que disesse —, cuidou o novo provincial exclusiva e pessoalmente do assunto, podendo ter consultado Nóbrega, como parece provável que o tenha feito.

Sobre a fundação do Colégio do Rio de Janeiro, eis o que se passa com o visitador Inácio de Azevedo. De janeiro a março permanecera êle no Rio, antes de ir a São Vicente, onde se avistou com Nóbrega. À volta, aí teve que permanecer, embora a contragosto, de julho a dezembro de 1567 (16). Pelo *Breve itinerário*, págs. 194 e 198 principalmente, em que, sem maiores explicações, se reproduzem palavras de Anchieta (“começou Nóbrega a *fundamentis* o Colégio”, nas quais a expressão latina tem sentido figurado), parece inculcar-se que a êste se deveu inteiramente a fundação do Colégio. À página 203 todavia, pela citação que se faz da carta de Gonçalo de Oliveira, de 21 de maio de 1570, “por comissão do Pe. Manuel da Nóbrega”, ficamos sabendo que a casa, “que deixou já principiada o Padre Inácio de Azevedo”, conquanto coberta de telhas, ainda não estava acabada.

Leiamos agora o que a êsse propósito informa a *Historia de la fundacion del Collegio del Rio de Enero*, de 1574 ou pouco depois, à pág. 51: “Tornando à cidade do Rio de Janeiro, que então começava o governador a situar de novo, *pareceu-lhe* [ao Pe. Inácio de Azevedo] aquêle lugar mais apto para fundar outro Colégio, que o rei D. Sebastião determinava dotar. E assim *escolheu* um sítio mui adaptado para a construção, onde já estava feita uma igreja de tzipa, e *mandou* fazer umas casas de pedra e barro assobradadas, para entretanto servirem de moradia aos padres. E *deixando ali ao*

(16). — C. Jes., II, ps. 482; 490-491.

Padre Nóbrega como reitor, com alguns da Companhia, regressou [à Bahia] a fim de acabar sua visita” (17). O *Colégio*, como tal, só começou a funcionar depois de 1570.

*

Quer-nos parecer que o *Breve itinerário para uma biografia do Pe. Manuel da Nóbrega* se ressentia não pouco da pressa com que foi elaborado, se bem não faltasse ao seu autor profunda e completa preparação remota para isso. A pressa — diz-nos o prólogo — é inimiga da perfeição. Porque, efetivamente, nele encontramos, além de afirmações novas, não documentadas como se deveria esperar, alguns lapsos de memória, inexatidões históricas em contradição com documentos conhecidos e, o que é mais grave, uma citação latina errôneamente traduzida, em sentido exatamente oposto ao que tem. Nem tudo, pois, são senões que se possam fãcilmente perdoar, em se tratando sobretudo de um tão grande historiador, como é o Pe. Sarafim Leite, S. J.

Que, no dia 17 de janeiro ou antes dessa data, haja ancorado em São Vicente a frota que trouxe, no ano de 1553, juntamente com Tomé de Sousa, ao Padre Manuel da Nóbrega (p. 86), ou que no ano de 1559 tenha êste chamado à Bahia, para aí ordenar-se, ao Irmão José de Anchieta (p. 146) — eis, por exemplo, duas notícias novas, cuja veracidade pende exclusivamente, ou muito nos enganamos, da simples afirmação do autor. Lapso de memória, por sua vez, é o que cometeu colocando no ano de 1570 (p. 205) a data do martírio do Padre Pero Dias e seus companheiros, fato sucedido a 13 e 14 de setembro do ano seguinte. “O famoso soneto a Jesus Crucificado” (p. 59), algum dia atribuído ao Padre Nóbrega, pode ler-se no Vol. I, pág. 93 das *Obras de Gregório de Matos*, editadas entre 1929 a 1933 pela Academia Brasileira de Letras, graças à operosidade de Afrânio Peixoto.

Falando da expedição de 1561 dos moradores de São Paulo, contra os tamoios do Rio Paraíba, pretende o autor que o varadouro entre as duas vias fluviais utilizadas se encontre entre o Tietê e o *Paraibuna* (p. 172). Para que não se deva admitir aí um inexplicável rodeio, a passagem forçosamente se operou entre Mogí das Cruzes, e um ponto no rio *Paraíba*, entre Guararema e Santa Branca, cinco ou seis léguas, senão mais, à jusante da junção do *Paraibuna* com o *Paraitinga*, para formar o *Paraíba*.

Sem o dizer claramente, insinua o autor que o Pe. Nóbrega conhecia perfeitamente a língua geral, um pouco menos talvez do que

(17). — *Op. cit.*, *ARSI, Bras. 12*, p. 51, ou *Anais da Bibl. Nac. XIX*, ps. 127-128. Sublinhamos na tradução o que mais caracteriza a ação executiva do visitador.

Anchieta: “O Irmão mais expedito na língua tupi” (p. 117); “Nóbrega e o Capitão Adorno ouviram [a discussão surgida entre os tamoiros em Iperuí] e entenderam-se” (p. 181). Até agôsto de 1552, pelo testemunho de Antônio Pires, não a tinha aprendido e a razão era esta: “Ao Padre Nóbrega, bastam-lhe seus continuos sermões e doutrina com outros negócios espirituais, que nunca entre os Cristãos faltam ”(18). Com efeito, para êle, o famoso *Caramuru* era nesse ano Diogo Álvares *Caramelu* (19). Pois bem, ainda em 1558, não lhe tinha aprendido o nome indígena: *Caramelu* continuava sendo (20). Quanto a terem ouvido a disputa dos selvagens, ouviram-na sem dúvida. Que a tivessem entendido não consta: “Eu — escreve Anchieta em sua carta de 9 de janeiro de 1565 —, porque o Capitão [Adorno] não entendia a língua brasileira, avisei-o do que praticavam” (21).

“A amizade de Brás Cubas à Companhia — refere o autor — datava já de 1553, quando Nóbrega concluiu com êle à boa paz a demanda sôbre os bens de Pero Correia (p. 192; cf. 92). E contudo lemos no *Chronicon* de Polanco, sôbre o ano de 1555: “Ordenara El-Rei, é certo, que se desse aos Nossos o necessário. O provedor porém da Capitania [de São Vicente], Brás Cubas, não sômente subtraía, vez por vez, o que deveria dar aos Nossos, mas dificultava ordinariamente quanto se referisse ao serviço de Deus e edificação dos próximos. Embora o fizesse occultamente e, em público, se mostrasse amigo nosso, por temor do povo” (22). Trecho que publicamos em *Aspectos da fundação de São Paulo, através de escritos nobreguenses* (23).

Relativo a êsse mesmo ano de 1553, temos ainda outro fato, sôbre cuja interpretação não podemos igualmente deixar de divergir do autor: trata-se da calúnia levantada aos jesuítas de São Vicente por João Ramalho e sua gente. Não é perfeitamente exato que Nóbrega encontrasse tal situação ao chegar, como se pretende (p. 96). Encontrou, sem dúvida, o lance já articulado, conforme narra em carta de São Vicente a 15 de junho de 1553 ao Pe. Gonçalves da Câmara (24), e dois anos depois, a 25 de março de 1555, resumidamente, a Santo Inácio de Loiola (25).

Perante quem, entretanto, apresentaram os ramalhistas a sua falsa acusação? Concordam os textos existentes (sem que os contradigam as cartas de Nóbrega) em que *perante o mesmo Padre Manuel da Nóbrega*: “Despediu da Companhia, pela *informação*

(18). — *C. Jes.*, II, p. 77.

(19). — *Novas Cartas Jesuíticas*, p. 29.

(20). — *Novas C. J.*, p. 84.

(21). — *C. Jes.*, III, p. 207.

(22). — J. Polanco, S. J., *Chronicon Societatis Jesu*, V, p. 623, n.º 1706.

(23). — *Revista de História*, 1955, n.ºs 21-22, ps. 38-52.

(24). — *Novas C. J.*, p. 46.

(25). — *Novas C. J.*, p. 58.

que lhe haviam dado, . . . ao Padre Manuel de Paiva, ao Padre Francisco Pires, ao Padre Manuel de Chaves” etc., diz a *Historia de la fundacion del Collegio del Rio de Enero* (26); Ramalho “acusou perante Nóbrega aquêles que bem lhe pareceu”, escreve por sua vez o Pe. Orlandini (27); “foram acusados por eles, ante o mesmo Pe. Nóbrega”, reproduz fielmente Simão de Vasconcelos (28).

Devemos supor decorridos a essa altura alguns dias pelo menos após a sua chegada a São Vicente. . . Se, pois, êsses mesmos textos (a *Historia de la fundacion* e a *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*) nos afirmam que um dos caluniados — por Nóbrega despedidos e readmitidos, numa forma positivamente estranha de fazer justiça (“à custa de muitos me julgarem por mal atentado”) (29) — foi o Padre Francisco Pires, que chegara a São Vicente em sua companhia, não há pròpriamente motivo para se ver nisso nenhum êrro de informação. Não foram, por conseguinte, os Irmãos que lhe referiram o caso; Nóbrega pessoalmente dêle tomou conhecimento. Quando escreve “gozamos já de paz e tranqüillidade no Senhor”, suas palavras visam, está claro, o desfêcho favorável da averiguação judiciária, que promoveu, e os benéficos efeitos por ela produzidos (30).

Baldado é o esfôrço que nessa passagem se realiza, para nos deixar na doce ilusão de que, de 1553 por diante, Ramalho e Nóbrega foram dois bons amigos. . . Pois sim! Ainda em princípios de 1555, ou fins do ano anterior, era o superior dos jesuítas escoraçado de Santo André, sob ameaça de morte. Alcaide na vila, o guarda-mor do Campo; autores do atentado, os filhos de João Ramalho. Ao que sabemos pela carta de Anchieta (31), que com justa indignação relata o sucesso e tece comentários sôbre a vida nada edificante de certos cristãos de Santo André, vem corroborar o seguinte trecho da carta de Nóbrega a Tomé de Sousa em 1559: “Outros matam em terreiro à maneira dos índios, tomando nomes, e não sòmente o fazem homens baixos e mamalucos, mas o mesmo Capitão às vêzes”. . . “Gente que não sei se alguma hora do ano estão sem pecado mortal” (32). E se não, a que outra situação histórica poderia isto referir-se?

- (26). — *Op. cit.*, ARSI, Bras. 12, 47v; menos corretamente o texto de *Anais da Bibl. Nac.*, XIX, p. 123.
- (27). — N. Orlandini, *Hist. Soc. Jesu*, L. 13, n.º 66: “Quos itaque de sociis libitum fuit apud Nobregam criminatur” (Ramallus).
- (28). — Vasconcelos, *Crônica*, L. I, n.º 126. À margem da primeira edição, cita: Orland., l. 13, n.º 66. *Apont. do Rio* [parece ser a *História de la Fundacion*], f. 2. Joseph, cap. 28. Esta última citação refere-se à *História da Companhia de Anchieta*. Mais uma fonte, portanto, infelizmente agora extraviada.
- (29). — *Novas C. J.*, p. 46.
- (30). — *Novas C. J.*, p. 58. Interpretação diferente e em contradição com os fatos dessa época, em S. Leite, S. J., *História*, II, p. 382.
- (31). — S. Leite, S. J., *Nóbrega e a fundação de São Paulo*, Lisboa, 1953, ps. 72-73.
- (32). — *C. Jes.*, I, p. 196.

Sôbre os diversos episódios, que precederam à fundação de São Paulo, e sôbre a exata posição de Nóbrega como fundador, já muito se tem discutido, nem é nossa intenção esmiuçar de novo o assunto. Sem mencionar as críticas, que a êsse propósito lhe foram dirigidas (33), mas atendendo em parte a elas, restringiu o autor algumas afirmações, que em publicações recentes adiantara. Reconhece atualmente, como o fizera na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, que há outros *fundadores* do Colégio de São Paulo de Piratininga [fundadores por isso mesmo da Cidade de São Paulo, que nesse colégio teve o seu germe] (34), sendo Nóbrega apenas o *principal*...

Exclui agora todavia da equipe dos fundadores efetivos ao Padre Vicente Rodrigues, que teria ido diretamente para Maniçoba com Gregório Serrão. Para confirmar, entretanto, a versão da *Historia de la fundacion del Collegio del Rio de Enero*, a respeito da fundação de Maniçoba, não em janeiro de 1554, mas por setembro de 1553, com a presença de Nóbrega (35), vamos reproduzir aqui a frase de Anchieta na *Quadrimestre de maio a setembro de 1554*: “Tendo os Irmãos gasto um ano quase inteiro no ensino de uns certos que distam de nós 90 milhas”... (36). Não tendo sido, pois, os primeiros que lá residiram, resta elucidar em que época para lá foram Vicente Rodrigues e Gregório Serrão (p. 112).

Mantém, além disso, algumas conjecturas: a de que o Padre Manuel de Paiva, por exemplo, haja sido um dos *irmãos*, postos pelo Padre Manuel da Nóbrega na “nova aldeia” dos catecúmenos do Campo de Piratininga, em fim de agosto de 1553. Para esta suposição não é certamente circunstância muito favorável o fato de que Paiva — já *sacerdote* nessa época e a quem *por escrito* não tinha motivos para chamar de *irmão* — por mais que durante a sua longa vida trabalhasse “por saber a língua dos índios”, segundo o testemunho de Anchieta, jamais logrou possuí-la (37).

Quanto a uma missa que, no dia 29 de agosto, houvesse nessa aldeia celebrado o Padre Nóbrega, a vaga informação de Anchieta

(33). — H. A. Viotti, S. J., *Primeira Visita de Nóbrega a Piratininga*, *Jornal do Commercio e Estado de São Paulo* de 25 de outubro de 1953; Tomás Oscar Marcondes de Sousa, *Considerações em torno de um livro do Pe. Serafim Leite sôbre a fundação de São Paulo*, *Rev. de História*, 1954, n.º 18; *Algumas considerações em torno de uma nova lição do Padre Serafim Leite relativa à fundação de São Paulo*, *Rev. de História*, 1954, n.º 20.

(34). — “Assistiram em Piratininga, a 25 de janeiro de 1585 ao trigésimo [aliás trigésimo primeiro] aniversário da fundação da humilde casa, germe da vila de São Paulo. Esteve presente Anchieta, talvez o último sobrevivente do ato que determinou a história paulista e tanto influu sôbre a do Brasil”. Capistrano de Abreu, *Fernão Cardim*, *O Jornal* de 27 de janeiro de 1925. Frisamos, nesta breve exposição do pensamento de Capistrano relativo à fundação de São Paulo, o que nos pareceu essencial.

(35). — *Op. cit.*, p. 49v; ou *Anais da Bibl. Nac.*, XIX, p. 223.

(36). — *C. Jes.*, III, p. 46.

(37). — *C. Jes.*, III, p. 485.

na biografia de Nóbrega (de 1596) de que “sempre dizia missa”. aduzida pelo autor (p. 98), é argumento que não nos convence. A frase exata de Anchieta é a seguinte: “Dizia sempre missa e como era muito gago, gastava de ordinário nela uma hora” (38). Nos escritos de Anchieta, “tais como hoje existem, em vão se busca a estada pessoal de Nóbrega no Campo de Piratininga em 1553”, diz-nos o autor (p. 103). Seu testemunho não pode, por isso mesmo, ser invocado sem contradição, para uma época que êle parece ignorar, e não apenas “em pormenor”, como se pretende: podia, pois, ignorar exatamente se já nessa época era verdade que Nóbrega celebrava “sempre”. *Sempre*, aliás, não é sinônimo de *diariamente*.

Assevera, além disso, expressamente Anchieta que a missa que em São Paulo se celebrou a 25 de janeiro de 1554 foi a primeira *naquela aldeia* (39) ou, mais adiante do mesmo documento, *naquela terra* (40). Como entender, portanto, que as duas outras afirmações a respeito do mesmo assunto (41) queiram dizer apenas que essa missa foi primeira, não na aldeia ou na terra, mas na *casinha*? Entre êsses termos, deve necessariamente prevalecer o de maior extensão: é o que exigem as leis da lógica e o simples bom senso. Estaria assim Anchieta, evidentemente, em contradição consigo mesmo, se a sua expressão acima “dizia sempre missa” se pudesse aplicar para essa expedição de Nóbrega em 1553 no planalto. Mútua e reciprocamente se anulariam tais depoimentos.

Insiste o autor, para assegurar em favor de Nóbrega essa cerimônia inaugural, em que a primeira missa de 25 de janeiro, quem a disse tenha sido Nóbrega e não já Manuel de Paiva (p. 103). Presente assim ao ato da fundação executiva do Colégio, teria o vice-provincial demonstrado tôda a importância que, nos seus planos de governo, ligava a êsse acontecimento... Quando redigiu sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, onde excluía essa presença (42), declarava também o seguinte, a respeito de Manuel de Paiva: “nomeado primeiro superior de São Paulo de Piratininga, dizendo lá missa no dia 25 de janeiro de 1554” (43). Confessa o autor ter-se visto obrigado a “um trabalho sistemático de revisão” sobre o que escrevia em 1938. Tal revisão, é evidente, deve esteiar-se em documentos.

Não encontrara, até o IV centenário da fundação de São Paulo, um só documento que pudesse opor à afirmativa de Simão de

(38). — C. Jes., III, p. 476; ou *Breve Itinerário*, p. 223.

(39). — C. Jes., III, p. 316.

(40). — C. Jes., III, p. 321.

(41). — C. Jes., III, p. 38; *Imagem de Coimbra*, II, p. 233.

(42). — S. Leite, S. J., *História*, I, p. 277.

(43). — S. Leite, S. J., *História*, I, p. 57.

Vasconcelos (44). Eis que, para gáudio e surpresa de quantos até hoje se ocuparam do assunto, o fato estaria entretanto nítida e peremptoriamente declarado, à página 482 da *Historia Societatis Jesu* do historiador oficial da Companhia de Jesus, o Padre Nicolau Orlandini. Indiretamente ao menos, aí estaria o documento almejado. Encerrada finalmente estaria a controvérsia!

Seria estranho, porém, que isso tivesse escapado a Vasconcelos, que a cada passo, no texto ou à margem de sua *Crônica*, se reporta a essa *História*. “Dizem dêste varão — escreve êle por exemplo, falando do Padre Navarro — as notícias antigas e o Padre Nicolau Orlandino na *História geral da nossa sagrada Religião*, segundo as mesmas notícias que chegaram a Roma” (45). “Dêstes dois ditosos mancebos [Pero Correia e João de Sousa] escreveram muitos autores: o Padre Nicolau Orlandino na primeira parte da *Crônica da Companhia de Jesus*, livro 14, desde o número 118”, etc. (46). Citações à margem da primeira edição: páginas 19, 30, 43, 45 etc.

*

Examinemos, pois, o texto em questão e vejamos se realmente a tradução, que dêle faz o Pe. Serafim Leite, está certa. Sua tradução é a seguinte: “Pareceu a Nóbrega transferir para aí o corpo do Colégio; e indo a Piratininga quase ao fim de janeiro lhe aprouve dar à Casa, celebrando primeiro missa, o nome de São Paulo, por ser êsse o próprio dia de sua conversão” (p. 105). Que mais se poderia desejar em matéria de clareza? Não deve ser difícil, para quem faz da verdade histórica a meta de seus sinceros esforços de pesquisador, submeter-se a ela, quando se apresenta com tamanha evidência...

Por menos agradável que seja para nós a tarefa, sentimo-nos, entretanto, forçados a declarar que, na precipitação talvez, com que empreendeu e levou avante o *Breve itinerário*, não prestou o autor a devida atenção ao texto latino que, exatamente como faz Simão de Vasconcelos, exclui pelo contrário a presença de Nóbrega em São Paulo, no grupo dos fundadores efetivos do Colégio, a 25 de janeiro de 1554. *Quandoque bonus dormitat Homerus* é o caso de repetir-se. Desta vez, porém, o cochilo não é do historiador, mas do latinista. Como quer que seja, ao historiador é que vêm a calhar as palavras de Santo Agostinho: “*dormientem testem adhibes*... (47). Eis êsse texto:

(44). — Vasconcelos, *Crônica*, L. I, n.º 149; Tomás Oscar Marcondes de Sousa, *Algumas considerações em torno de uma nova lição do Padre Serafim Leite*, *Revista de História*, 1954, n.º 20.

(45). — Vasconcelos, *Crônica*, L. I, n.º 140.

(46). — Vasconcelos, *Crônica*, L. I, n.º 184.

(47). — Aug., *Ex Tractatu super Psalmos*, in *Psalmum* 63, v. 7.

alteram Piratiningæ, quæ amplius incrementum accepit. Leucis non plus decem, sed ardua & asperrima via, ducit à mari campus ferax in primis, vnde quotidianus ad puero-
rum alimenta ex lignea farina, quæ genti pro pane est, commeatus deferabatur. / In eo
campo Piratininga est. Itaque tum vt promptiora essent vitæ subsidia, tum quod frequens
ibi Brasilius ab præuis exterorum procul exemplis agebat, visum est Nobregæ Collegij
corpus eo transferre, Piratiningam cum uentum esset extremo ferme Ianuario, placuit ei
domui, re diuina tum primum facta B. Paulo nomen, cuius conuersionis commemoratio
in illum ipsum diem recurrebat, imponi, Tum Patribus octo numero nihil prius, quam
vt catechumenos in fide firmarent, christianisque moribus perpolirent, nominatimq; ab
ebrietate, quo maximo vitio laborabant, ingentium apud eos malorum fonte, cædisque
seminario cohiberent. / Quanquam enim cum frugi, sobrijque erant ab inimicorum cæ-
dibus, & à cætorum vorandis carnibus temperabant: tamen vbi se vino, quo factitio vtun-
tur, obruerent, & mentem ebrietate perderent, ad eorum continuo necem, sanguinemq;
fundendum exardescabant: nec quicquam illis erat antiquius, quam vt mactatis eo-
rum crudeliter carnibus per summam ventris insaniam, suauissimam sibi coquinam ex-
truerent, & suis dentibus inimica viscera laniarent. Diuina tamen ope non nihil est à
Patribus contra hanc profectum amentiam: & illustrior indigenis adolescentulis fru-

In eo campo Piratininga est. Itaque tum ut promptiora essent vitae subsidia, tum quod frequens ibi Brasilius ab 'pravis exterorum procul exemplis agebat, visum est Nobregae Collegii corpus eo transferre. Piratiningam cum ventum esset extremo ferme Januario, placuit ei domui, re divina tum primum facta B. Paulo (sic) nomen, cujus conversionis in illum ipsum diem recurrebat, imponi, tum Patribus octo numero nihil prius, quam ut catechumenos in fide firmarent, christianis moribus perpolirent, nominatimque ab ebrietate, quo maximo vitio laborabant, ingentium apud eos malorum fonte, coedisque seminario cohiberent.

Sublinhemos, antes de mais nada, aquêlê *ventum esset*, aquêlê *ei domui* e finalmente aquêlê *imponi*. Note-se depois que entre o que se diz da resolução de Nóbrega de transferir para o campo de Piratininga o corpo docente e discente do Colégio, e a seguinte narrativa do que se passou à chegada dos jesuítas, existe um ponto, separando dois períodos diferentes. Quanto à tradução do primeiro, nada temos a objetar: “Está Piratininga naquele campo. Destarte, tanto para terem mais à mão os meios de subsistência, como porque aí, longe dos maus exemplos dos colonos, se reunia maior número de índios, pareceu bem a Nóbrega transferir para lá o corpo do Colégio”.

Mas quanto ao segundo, é preciso reconhecer que seria verdadeiro despautério supor que aquêlê *ventum esset*, um impessoal da voz passiva, possa ter sujeito: *Piratiningam cum (Nobrega) ventum esset!* E se Orlandini, exímio latinista, adotou essa fórmula, raríssima e aqui não pouco arrevezada — êsse impessoal —, foi exatamente porque não pretendia exprimir-se como segue: *Piratiningam cum Nobrega venisset*, que é o que corresponde à tradução feita pelo autor. Ora, êsse impessoal pode traduzir-se em português de duas maneiras. Mediante o pronome reflexivo se: “como se tivesse chegado a Piratininga”; e melhor ainda, na terceira pessoa do plural: “como chegassem a Piratininga”. Fazendo-se a concordância lógica com a idéia, a saber: o grupo dos transferidos.

A frase que se segue, continua, lógicamente, a narrativa na forma impessoal. *Placuit ei domui B. Pauli nomen imponi*, “pareceu bem que àquela casa fôsse dado o nome de São Paulo”. E se não, acaso poderia a palavra *ei* ser um pronome, como supõe o Padre Serafim Leite, que o aplica a Nóbrega? Não será antes um adjetivo demonstrativo referente a *domui*, com que está concordando em gênero, número e caso? Tal como acima se encontra, na primeira frase que citamos *in eo campo*? Se se tratasse de um pro-

nome, não juntaria um bom latinista êsses dois vocábulos *ei domui*, permitindo tão abstrusa ambigüidade. Trata-se, pois, de um adjetivo...

Mas há, além disso, aquêlê *imponi* na voz passiva, cujo sujeito só pode ser *nomen*. *Placuit (Nobregae) nomen imponi*, quando muito quererá dizer que lhe agradou a Nóbrega terem outros impôsto a Piratininga o nome de São Paulo, digo ao Colégio... Para que a frase pudesse traduzir-se como o fez o Padre Serafim Leite, seria necessário que Orlandini tivesse escrito: *Placuit ei, scilicet Nobregae, nomen imponere*. *Imponere* na voz ativa. Em qualquer das hipóteses, porém, estaria isso em conflito irremediável com aquêlê impessoal *ventum esset*. E não se escaparia aqui de um verdadeiro ultraje ao latim!

Qual é, por conseguinte, a tradução correta dêsse trecho, que acabamos de analisar? Ao pé da letra, a seguinte: “Como tivessem chegado a Piratininga quase ao fim de janeiro, tendo-se celebrado então pela primeira vez a missa, quizeram (*pareceu bem...* a todos em geral) que o nome de São Paulo, cuja conversão se comemorava exatamente nesse dia, fôsse dado àquela casa, e que nada urgisse tanto aos Padres, em número de oito, como fortalecer na fé aos catecúmenos, melhorá-los nos costumes cristãos e especialmente desviá-los da bebedeira, seu maior vício, fonte para êles dos piores males e origem de inumeráveis homicídios”.

Não errou, portanto, Simão de Vasconcelos, quando assim livremente traduzia: “No princípio de janeiro *foram mandados*”... [...]“Aqui... *disseram* missa..., dia da conversão de São Paulo, de cujo nome *quizeram todos* se denominasse o sítio” etc. (48). Está salva a inocência do cronista!

*

“Não se depara documento algum, coevo — comenta em continuação o autor —, que contradiga a primeira História oficial da Companhia de Jesus” (p. 106). Quanto a isto façamos aqui duas distinções. *Primeira* em relação à *História*. Depende, se bem a compreendemos, ou se a entendemos mal. Se bem entendida, está realmente o trecho de Orlandini de pleno acôrdo com todos os

(48). — Vasconcelos, *Crônica*, L. I, n.ºs 149 e 152. “Por muitas razões deve ser atendido o Cronista da Companhia da Província do Brasil..., porque Vasconcelos, nesta parte da fundação de São Paulo, regulou-se pelos manuscritos do Venerável Padre José de Anchieta, que morava em São Paulo, nos primeiros anos de sua fundação, os quais manuscritos se conformam com a tradição antiga e documentos desta capitania”. Frei Gaspar, *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, 3a. edição, p. 226. Da parte que se salvou dos escritos de Anchieta, confirmam perfeitamente a versão de Vasconcelos, entre outras, duas paragens: *C. Jes.* III, p. 38 e *Imagem de Coimbra*, II, p. 213.

textos conhecidos; se mal, discordaria de todos êles! *Segunda* em relação ao *documento*. Depende. Se estritamente considerado como tal, talvez se possa dizer que não existe realmente nenhum “documento coevo”. Se em sentido um pouco mais largo, êsse documento existe: o texto, por exemplo, de João de Polanco, sôbre a fundação de São Paulo.

No prefácio à *Historiae Societatis Jesu Prima Pars, auctore Nicolao Orlandino Societatis ejusdem Sacerdote*, escreve a tal propósito seu continuador Francisco Sacchini: “Quase tudo [nesta primeira parte da História, de Orlandini] foi colhido nos *Comentários* de João de Polanco. Se há neste mundo coisa mais perfeita ou digna de fé, — não conheço entretanto o que possa haver de mais verídico que êsses *Comentários*. Na opinião de quantos o conheceram, foi efetivamente Polanco homem da maior autoridade e espírito religioso: a três Gerais da Companhia sucessivamente, entre os quais ao Beato Inácio (cuja só preferência sobreleva quaisquer testemunhos), mais tarde a Lainez e finalmente a Francisco de Borja, prestou êle o seu concurso ininterrupto, quer no meneio dos negócios domésticos ou externos, quer como secretário, quer no governo de tôda a Companhia. Nenhuma dúvida, portanto, pode subsistir acêrca de sua probidade ou de sua perícia.

Dos assuntos da Companhia começou êle, com efeito, a cuidar, até dos mais íntimos desde as suas primeiras origens, e desde então os foi gradativamente conhecendo e anotando juntamente, com o pensamento de que tais memórias servissem um dia para a História. A compô-la, applicou-o inteiramente o Padre Everardo [Mercuriano, 4.º Geral, 1572-1580], livrando-o de qualquer função de govêrno. Abrange a sua obra em três volumes todo o período do Beato Inácio e juntamente a vida dêste último, que é exatamente a matéria desta obra. Compôs, aliás, a sua Crônica, com os próprios documentos originaes que, à medida em que se realizavam os fatos, iam sendo escritos, ou pelos mesmos que os executavam, ou por seus companheiros, e quase sempre pelos provinciais, pessoas da maior integridade” (49).

Pois bem, que é o que diz Polanco acêrca da fundação de São Paulo? Vamos traduzir a parte que corresponde ao trecho de Orlandini acima ventilado. “Pareceu a Nóbrega, o Provincial, ser conveniente que se mudassem alguns dos Nossos, em companhia dos meninos, para aquela mesma povoação de índios; donde era trazido o necessário para a alimentação. Não foi apenas a facilidade do sustento que a isso moveu, mas também o fato de que entre os Portugêses o fruto era menor do que os Nossos de-

(49). — N. Orlandini, S. J., *Historiae Societatis Jesu Prima Pars*, Prefácio p. II (não num.).

sejavam. Foram, pois, mandados a 24 de janeiro alguns dos Nossos, entre os quais um era José [de Anchieta]. Com os meninos, chegaram neste ano [de 1554] a Piratininga e, numa pobre e estreita casinha, celebraram a primeira missa, dia da conversão de São Paulo, razão pela qual a êle consagraram a nossa Casa, que se chamou de São Paulo” (50).

Nóbrega, como se está vendo, *mandara, enviara, despachara* para a aldeia de Piratininga os jesuítas, que ali foram fundar uma nova casa de Companhia de Jesus. Donde os enviara? De São Vicente, onde se deixou ficar. Não é crível que, se tivesse vindo à frente do grupo, seu nome fôsse intencionalmente silenciado. Não veio, não esteve aqui presente. Tal o sentido óbvio e insofismável do texto de Polanco. O destaque, que nele se dá a Anchieta, não faz parte, claro está — Polanco faleceu em 1577 —, da imaginária conjuração, empreendida no período filipino, para enfeitá-lo para os altares... E agora nos toca perguntar: existe algum documento coevo que contradiga êsse texto oficial do primeiro historiador da Companhia de Jesus?

*

Não encontrou o autor do *Breve itinerário* a menor falha na figura “incomparável” de seu herói. Isto é, umas poucas: a de ser doente e a de ser gago. A primeira resulta em seu louvor, já que com a energia que o caracterizava, soube superar herôicamente êsse obstáculo. Quanto à gagueira, procura atenuar o inconveniente, lançando mão de um expediente de que Nóbrega jamais se teria valido... Diz, entre nós, certa quadrinha popular:

*Você me chamou de feio,
de nariz arrebitado...
Que dirá, se você visse
o nariz de seu cunhado?*

O que, num meio popular, pode passar por elegante ironia, não fica sempre bem num estudo sério, como aquêle que o autor dedica ao Padre Manuel da Nóbrega. Em que se palia êsse defeito (que, segundo Anchieta, era realmente grave) (51), com lembrar que êste último era “corcunda” e Santo Inácio “coxo” (52)? Teríamos, ao contrário o direito de esperar que, nas causas dêsse defeito físico — a gagueira, radicadas, segundo a ciência médica,

(50). — J. Polanco, S. J., *Chronicon Societatis Jesu*, IV, ps. 612-613, n.ºs 1298-1299.

(51). — *C. Jes.*, III, ps. 474, 476 e 477; ou *Breve itinerário*, ps. 221 e 223.

(52). — Singrou aqui o autor na esteira do Sr. José Mariz de Moraes, que assim intitula o segundo capítulo de seu *Nóbrega*: “O coxo e o gago”. Outro, contudo, é o tom e a desenvoltura com que êste vai explanando um tema que, também quanto à forma, nos parece merecer mais elevado tratamento.

na patologia do sistema nervoso como na do psiquismo, nos apontasse o autor a explicação de mais de uma atitude menos explicável num homem de reconhecida e extraordinária virtude, qual o Padre Manuel da Nóbrega.

Não temos interesse em aprofundar êste aspecto de sua biografia, mas para que ao futuro historiador da biografia científica e completa de Nóbrega, desde já não falte uma advertência aproveitável nesse sentido, aqui ficam, para terminar, algumas perguntas:

1) Como conciliar seu “permanente amor ao Brasil” (p. 209), com o desprezo aos seus habitantes, assim manifestado: (falando dos índios) “o mais triste e vil Gentio de todo o mundo” (53); (falando dos colonos) “desterrados da mais vil e perversa gente do Reino” (54); (falando dos Vicentinos em particular) “gente... fraca em entender e de má criação e há muito habituada em grandes maldades e gente de menos qualidade que tôda” (55)?

2) Se a opinião de Ambrósio Pires, adotada por Nóbrega (“também eu a tive muitos anos”, escreve em maio de 1558), não é a de que seria melhor deixar que os índios se entredeorassem, como de hábito, em suas guerras, antes que, congregando-se uns com os outros, o que sobretudo receavam os portugueses, se fizessem “mais fortes contra os Cristãos” (56)?

3) E’ ou não verdade que, a respeito das relações de Nóbrega com os seus subordinados, tinham os seculares a impressão de que “tratava os irmãos à speramente” e que, com tôda a sua benevolência, ao consignar êste fato na biografia de Nóbrega, não nega Anchieta que isso tivesse um fundamento, ressaltando apenas que tal “severidade” vinha repassada pela “benignidade” (57)?

4) Ao escrever em 1552: “a vir um Bispo passeiro, fleugmático e negligente, como tenho visto outros, eu morrera de triste, e porventura fôra ao inferno com ter pouca paciência” (58); ou, em 1559: “cuidei de dor perder o siso, e assim como desesperado de poder na terra... fazer fruto, me fui... , desabrindo a mão de tudo, encomendando a Deus a Baía e a seu Prelado” (59) — estaria êle dando provas de serenidade e ponderação?

(53). — *Novas C. J.*, p. 85.

(54). — *Novas C. J.*, p. 60.

(55). — S. Leite, S. J., *Nóbrega e a fundação de São Paulo*, Lisboa, 1953, p. 23.

(56). — *Novas C. J.*, p. 81.

(57). — *C. Jes.*, III, p. 474; ou *Breve itinerário*, p. 221.

(58). — *C. Jes.*, I, ps. 140-141.

(59). — *C. Jes.*, I, p. 195.

5) Não teria um nadinha de razão Dom Pedro Fernandes Sardinha, ao queixar-se para Lisboa, em particular de que Nóbrega tivesse posto um sacerdote em hasta pública, durante vários dias, pelas ruas da Bahia, correndo o pregão por conta do Irmão Vicente Rodrigues, e acreditando o Padre Manuel de Paiva, o leilado, e a população também que a coisa ia deveras (60)?

6) E' ou não é matéria de estranheza que Nóbrega, pelo mês de julho de 1554, para reparar um escândalo em Piratininga, dado por certo mameluco, candidato à Companhia, o tenha feito enterrar vivo no sagrado ("Fulano da Cova"), encenando uma farsa sem dúvida, mas com as cerimônias religiosas do estilo, tendo o Padre Manuel de Paiva celebrado as exéquias (61)?

7) Seria inteiramente sem fundamento a acusação de imprudência, feita contra êle em Portugal, por haver consentido que embarcasse o Padre Leonardo Nunes para a Europa, "numa nau pouco segura, cujo Capitão a sobrecarregara de mercadorias, a ponto de alguns pilotos da região terem predito que, antes de quarenta léguas, haveria de ir ao fundo" (62)?

8) Qual o alcance destas palavras suas de 1558, nos *Aportamentos de coisas do Brasil*: "Se isto vai como atequi, eu sou de voto que será escusado Colégio da Companhia [no Brasil] e deviam nos dar licença para ir ao Perú ou Paraguai, porque nem com Cristãos, nem com Gentios aproveitaremos nada desta maneira. Ou se aqui aportar alguma nau da Índia, passarmo-nos lá" (63).

9) Contém ou não, implicitamente, o propósito anterior de fazer abandonar, pelos jesuítas de São Vicente, tôda essa Capitania, fechando-se naturalmente o Colégio de São Paulo, a seguinte afirmativa de sua carta a Tomé de Sousa, de 5 de julho de 1559: "Estou mui arrependido de não haver já tirado meus Irmãos de lá" (64)?

*

Estas e outras perguntas que se poderiam fazer (para as quais estou longe de crer não se possam achar respostas até certo ponto satisfatórias), representam apenas um convite ao futuro historia-

(60). — *C. Jes.*, III, p. 484; Vasconcelos, *Crônica*, L. I, n.º 82.

(61). — *Historia de la fundacion del Collegio del Rio de Enero*, p. 49; ou *Anais da Bibl. Nac.*, XIX, p. 123; v. também Vasconcelos, *Crônica*, L. I, n.º 129, onde à margem cita (1a. edição): *Joseph cap. 38*. No *Breve itinerário*, ps. 225-226, forceja o autor por reduzir isso a uma lenda. Nem por isso deixa de explicar que exéquias não são o mesmo que missa... Preferimos o testemunho de Anchieta, na "chamada" de Vasconcelos, na citação sintética de Antônio Franco, *Imagem de Coimbra*, II, p. 189, em combinação com a carta de Anchieta de julho de 1554, escrita em Piratininga, *C. Jes.*, III, ps. 67-69.

(62). — J. Polanco, S. J., *Chronicon Societatis Jesu*, IV, p. 618, n.º 1693.

(63). — *Novas C. J.*, ps. 217-218.

(64). — *C. Jes.*, I, p. 219.

dor de Nóbrega (e quem melhor indicado para isso que o próprio Padre Serafim Leite, S. J.?) a pôr em prática aquilo a que se propunha o biógrafo de Suárez: “Contudo não recuei afinal perante minudências de sua vida, traços de sua fisionomia, aparências até de imperfeição, nem perante críticas, queixas e oposições, que a pena dos antigos escritores teria cuidadosamente suprimido cu velado, já que não escreviam com outro fito, senão provocar admiração e edificar”.

Suponhamos que o Padre Manuel da Nóbrega, grande entre os grandes, tenha sido de fato um santo de se pôr no altar. Ainda assim a seu respeito, há de valer a seguinte, magnífica observação de Raul de Scorraile: “Em tôrno das auréolas, quer ver o público de nossos dias as sombras que lhes dão realce, ao lado do ideal as realidades humanas que vêm em seu abono, e na própria grandeza certas mesquinhas inevitáveis que, sem a diminuir, a aproximam de nós” (65).

Pe. HÉLIO ABRANCHES VIOTTI, S. J.